



19 A 23 DE JUNHO

# RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

**Valorize o seu conteúdo!**  
*Evite a distribuição indevida ao público externo.*

# SUMÁRIO

**CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!**

**03**

**Renovação das concessões: MME acata sugestões da Abraceel e propõe separação fio e energia, open energy e digitalização da medição**

**05**

**Enase 20 anos: Coro para pacto setorial e revisão nos subsídios ganha intensidade no setor elétrico**

**08**

**Em evento com autoridades, Abraceel posiciona mercado livre como ambiente para Brasil cumprir transição energética**

**10**

**Comercializadores devem assumir papel relevante no desenvolvimento do hidrogênio no Brasil**

**13**

**Abraceel na Mídia**

**14**

**Curtas**

**20**

**E o Congresso?**

**23**

**Próxima Semana**

# Renovação das concessões: MME acata sugestões da Abraceel e propõe separação fio e energia, open energy e digitalização da medição

## Matéria em 1 minuto:

- Ministério cita importância dos avanços na digitalização “no âmbito do inevitável processo de abertura do mercado” para facilitar “a gestão do consumidor na escolha do seu provedor de energia elétrica”;

- Também é proposta “cláusula de proteção dos dados dos usuários e compartilhamento com terceiros”, a fim de convergir com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

- MME ainda aponta a separação contábil das receitas provenientes de serviços que, inicialmente prestados pelas distribuidoras, possam ser oferecidos por outras empresas com objetivo de aumentar a concorrência e beneficiar o consumidor.

O Ministério de Minas e Energia divulgou na noite de ontem, 22.06, nota técnica com proposta de diretrizes para o tratamento de 20 concessões de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 a 2031.

O MME propõe prorrogar os contratos por 30 anos, desde que atendidas diretrizes como a modernização dos serviços, flexibilidade para a alteração dos serviços a serem prestados pelas distribuidoras e a permissão para a separação contábil dos serviços, de tal forma que esses serviços “sejam passíveis de serem prestados por outros agentes, com vistas a beneficiar o consumidor com a ampliação da concorrência no setor elétrico”.

Também é proposta “cláusula de proteção dos dados dos usuários e compartilhamento com terceiros”, a fim de convergir com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e obrigação de investimentos em contrapartidas sociais, a serem realizados em cinco anos a partir da assinatura do novo contrato, como a modernização de sistemas de medição.

Na visão do MME, “no âmbito do inevitável processo de abertura do mercado, a existência de solução tecnológica digital para o sistema elétrico facilitará a gestão do consumidor na escolha do seu provedor de energia elétrica, também contribuindo para a eficiência sistêmica.”

Vale destacar que as medidas propostas pelo MME estão em linha com aquelas apresentadas pela Abraceel em reuniões com o Ministro, Secretário-Executivo e demais Secretários do MME, vide slide a seguir:

## **Contrapartidas Sociais: Propostas**

### **Fim do monopólio privado:**

Estabelecimento de data para abertura do grupo B

### **Dados do consumidor “Open Energy”:**

Dados de consumo são do consumidor, devem ser interoperáveis e facilmente disponíveis para quem o consumidor autorizar

### **Transição Energética - Digitalização:**

Definição de metas de modernização do parque de medição, sem ônus para os consumidores

### **Separação fio e energia:**

Efetiva separação do serviço de distribuição (monopólio natural) da atividade de compra e venda de energia (concorrencial)

A proposta do MME ficará em consulta pública por 30 dias.

A Portaria do MME está disponível [aqui](#), e a Nota Técnica com as propostas [aqui](#). A Abraceel fará uma análise mais detalhada dos documentos divulgados pelo MME a fim de organizar reunião do Grupo Técnico e contribuição à consulta pública.

# Enase 20 anos: Coro para pacto setorial e revisão nos subsídios ganha intensidade no setor elétrico

## Matéria em 1 minuto:

- Ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira propôs redução de assimetrias no mercado e o Diretor-Geral da Aneel Sandoval Feitosa alertou para o impacto do crescimento dos encargos e subsídios nas tarifas dos consumidores de menor renda;
- Rodrigo Ferreira aponta a abertura completa do mercado de energia como solução para aumentar a concorrência, trazer mais racionalidade e eficiência e apoiar o desafio brasileiro na transição energética;
- Mário Menel (Abiape) lembrou que o MME precisa liderar a construção de um pacto setorial e arbitrar conflitos, enquanto Guilherme Velho (Apine) defendeu a abertura completa do mercado para ampliar concorrência à MMGD e reverter o cenário de “espiral da morte”.



A edição de 20 anos do Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase), realizada nos dias 21 e 22.06, no Rio de Janeiro, foi palco para sucessivos discursos sugerindo que as associações e demais agentes entrem em consenso para que seja possível adotar ações que reorientem o mercado para um modelo financeiramente mais sustentável, reduzindo assimetrias e subsídios, mas também modernizando o arcabouço regulatório.

Esse posicionamento esteve presente nos apontamentos do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em depoimento via vídeo, e também do Diretor-Geral Sandoval Feitosa, de Rodrigo Ferreira (Abraceel) e de outros líderes do setor.

Silveira enfatizou a importância de reduzir as assimetrias e Feitosa insistiu que é preciso um “freio de arrumação” para reverter o crescimento dos encargos e subsídios, que impactam os consumidores de menor renda com mais intensidade. O Diretor-Geral da Aneel ainda defendeu o mérito da tarifa social, que considera uma política pública justa, mas que devia ser custeada pelo Orçamento Geral da União (OGU), apontou a pertinência de avançar na medição inteligente e cobrou recomposição do quadro pessoal da agência reguladora, defasado em 30%, o que prejudica o cumprimento das atividades em um cenário que há mais complexidade regulatória e quantidade de operações e contratos para fiscalizar.

Alexandre Ramos, Presidente do Conselho de Administração da CCEE, afirmou que a Câmara está orientada para seguir em processos como abertura e segurança de mercado, certificação de energias renováveis e mercado de carbono. Enfatizou que o mercado livre será importante para apoiar a transição energética porque dá oportunidade às empresas de escolher e comprar energia renovável.

Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, pinçou três comentários do ministro do MME – redução de assimetrias, pacto setorial e transição energética - para oferecer um caminho para o setor elétrico. Propôs que as associações trabalhem nos pontos essenciais que deveriam unir todas elas, incluindo a revisão de subsídios e diminuição das assimetrias, mas que o governo deve atuar como árbitro e tomar as decisões. Defendeu a abertura completa do mercado de energia como solução para criar concorrência e trazer mais racionalidade ao mercado, dando assim protagonismo ao consumidor. Além disso, ressaltou o papel essencial do mercado livre de energia para que o Brasil seja bem-sucedido na transição energética, caracterizada pela descarbonização dos segmentos produtivos, mas também pela digitalização e pela descentralização na contratação de energia.

Guilherme Velho, Presidente-Executivo da Apine, analisou o cenário de excesso de oferta de energia no mercado, o que pode comprometer os investimentos futuros, e apontou que o mercado elétrico está numa “espiral da morte”, situação caracterizada pelo aumento das tarifas reguladas e saída de consumidores do mercado cativo, que se aproveitam dos subsídios, deixando custos para os consumidores cativos remanescentes, o que gera

ainda mais aumentos nos preços em um movimento que se retroalimenta constantemente. O executivo propôs a abertura completa do mercado de energia para criar competição sem subsídios entre as diversas fontes e com valorização dos seus atributos. Além disso, na visão dele, a MMGD atua sem concorrência e com significativos subsídios na oferta de produtos para os consumidores de baixa tensão.

Mário Menel, Presidente-Executivo da Abiape e Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), sugeriu que somente o MME pode ser o guia e árbitro das questões conflituosas entre os diversos elos do setor elétrico, ações necessárias para promover a reorganização do mercado e reforçar a sustentabilidade financeira. A revisão e redução dos subsídios é o caminho a ser perseguido, afirmou.

# Em evento com autoridades, Abraceel posiciona mercado livre como ambiente para Brasil cumprir transição energética

## Matéria em 1 minuto:

- Evento organizado pelo Fmase e Fase reuniu autoridades e representantes das principais associações do setor elétrico para discutir avanços no mercado;
- Sandoval Feitosa, Diretor-Geral da Aneel, reforçou a importância do envolvimento do Poder Legislativo nas discussões sobre o tema para que haja o avanço estrutural;
- O deputado federal Arnaldo Jardim analisou a relevância da aprovação do PL 414/2021 para resolver divergências e dar seguimento às pautas fundamentais do setor.



No dia 20.06, o Fórum do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (Fmase) e o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) organizaram um café da manhã para reunir autoridades públicas e representantes das associações de classe do setor elétrico para debater caminhos da transição energética no Brasil. Estiveram presentes Sandoval Feitosa, Diretor-Geral da Aneel, Thiago Barral, Secretário de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME), Arnaldo Jardim, deputado federal, entre outros.

Os representantes das associações que integram o Fase fizeram breves apresentações das bandeiras de interesse de cada segmento. A Abraceel, representada por Frederico Rodrigues, Vice-Presidente Executivo, e Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais defendeu a livre competição na comercialização de energia como instrumento para promover a eficiência e se-

gurança do abastecimento elétrico, enfatizando que o mercado livre é o ambiente que dá protagonismo ao consumidor, que deseja energia mais barata e limpa, e impulsiona novos investimentos em geração renovável.

Em seguida, Sandoval Feitosa, em palestra, apontou a importância de o Poder Legislativo estar envolvido nas discussões sobre a transição energética para que sejam feitos aperfeiçoamentos necessários na legislação.

Arnaldo Jardim, deputado federal e Presidente da Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde na Câmara dos Deputados, enalteceu o papel do Congresso Nacional e ressaltou que é relevante o setor elétrico construir uma proposta consensual – onde não for possível convergir, os Poderes Executivo e Legislativo devem arbitrar e tomar decisões.

Thiago Barral apresentou as ações que o MME está conduzindo para o Brasil cumprir objetivos na transição energética, com ênfase para o crescimento da energia renovável.

Mário Menel, presidente do Fase, e Marcelo Moraes, presidente do Fmase, também palestraram sobre a importância das discussões entre os tomadores de decisão para que as políticas públicas possam continuar a promover um setor elétrico mais desenvolvido.

Por fim, Arnaldo Jardim e Thiago Barral receberam uma placa de homenagem pelos esforços em prol da construção de políticas públicas alinhadas aos novos cenários de transição energética do país e aos desafios impostos pelas mudanças do clima.

# Comercializadores devem assumir papel relevante no desenvolvimento do hidrogênio no Brasil

## Matéria em 1 minuto:

- Em painel exclusivo organizado pela Abraceel no Hydrogen Expo South America, especialistas discutiram oportunidades, desafios e urgências para o Brasil não perder espaço nessa nova indústria global em desenvolvimento;
- Mercado livre de energia, indutor das fontes renováveis, será estratégico para a instalação de uma base industrial para produção de hidrogênio;
- Custos de produção nacional de hidrogênio renovável podem cair 60% até 2030, com potencial de tornar o Brasil um polo global nesse novo mercado.



No dia 20.06, a Abraceel organizou e conduziu um painel de debates exclusivo no Hydrogen Expo South America, no Rio de Janeiro, que analisou o papel do mercado livre e do comercializador de energia no desenvolvimento da indústria do hidrogênio no Brasil.

Com sala lotada do começo ao fim, o painel contou com palestras e debates que ajudaram quase cem pessoas presentes a entender os rumos dessa nova indústria no Brasil. Participaram Felipe Toledo (McKinsey), Priscila Lino (Auren Energia), Sergio Azevedo Jr (Hydro Energia) e Marcel Haratz (Comerc Eficiência).

O Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel Bernardo Sicsú foi moderador do painel e contextualizou o tema, enfatizando que o mercado livre de energia tem sido indutor do desenvolvimento de fontes renováveis de energia elétrica no Brasil,

um fator que pode ser estratégico para a instalação de uma base industrial para produção nacional de hidrogênio.

Em seguida, Felipe Toledo apresentou projeções, perspectivas e aspectos para compreender melhor o caminho para o desenvolvimento do hidrogênio no Brasil, considerado por ele um insumo energético importante para reduzir as emissões de carbono em diversos segmentos produtivos na economia.

A consultoria mapeou mais de 520 projetos para produção de hidrogênio no mundo, dos quais 30 deles no Brasil – a maioria nas regiões dos portos de Pecém e do Açú. O valor potencial do mercado para atender a demanda nacional de hidrogênio, bem como exportações, poderá chegar a algo entre US\$ 14 bilhões e 18 bilhões em 2040, com aproximadamente US\$ 200 bilhões de investimento.

Na visão da McKinsey, o hidrogênio pode responder por 5% a 10% da demanda da matriz energética brasileira, algo entre 8 e 16 GWmed, com potencial de expandir a capacidade instalada renovável do país em 180 GW.

Segundo Felipe Toledo, o hidrogênio verde pode ser competitivo no Brasil já na próxima década, com os custos de produção nacional caindo cerca de 60% até 2030, o que pode tornar o país um dos principais exportadores mundiais. Atualmente, no entanto, do ponto de vista econômico, o gás natural ainda é mais competitivo como matéria-prima.

Durante a sessão de debate, os especialistas frisaram que as comercializadoras de energia podem assumir um papel relevante no desenvolvimento e operação desse novo mercado que está sendo arquitetado, sendo pertinente que liderem a discussão.

Os debatedores, no entanto, abordaram também desafios para a implantação do hidrogênio, entre eles a capacidade do sistema de transmissão para escoar energia. Além disso, o desenvolvimento dos projetos precisa de uma análise atenta que considere a disponibilidade de matérias-primas, infraestrutura, vantagens e desvantagens estratégicas, parceria com o ecossistema industrial, recursos de energia renovável e incentivos do governo.

No encerramento do painel, os palestrantes apontaram temas que merecem ser mais discutidos, entre eles a necessidade de buscar formas de viabilizar o hidrogênio verde no Brasil e sua inserção como um energético no mercado produtivo interno, para que o país não se transforme em mero exportador desse insumo. Foi ressaltada também a importância da certificação e a rastreabilidade da energia e a articulação ágil e pragmática para que o Brasil não perca espaço para outros países em um mercado em que apresenta vantagens competitivas evidentes.

A apresentação realizada pela McKinsey está disponível no [site](#) da Abraceel, na área restrita do associado.



# ABRACEEL NA MÍDIA



## Abraceel: consumidor deve ser o árbitro

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



## Abraceel se une a outros países para criação da Associação Ibero-americana de Comercialização de Energia

Fonte: Mega What

[Acesse aqui](#)



## Comércios e pequenas indústrias se preparam para o mercado livre de energia

Fonte: CBN

[Acesse aqui](#)

# CURTAS

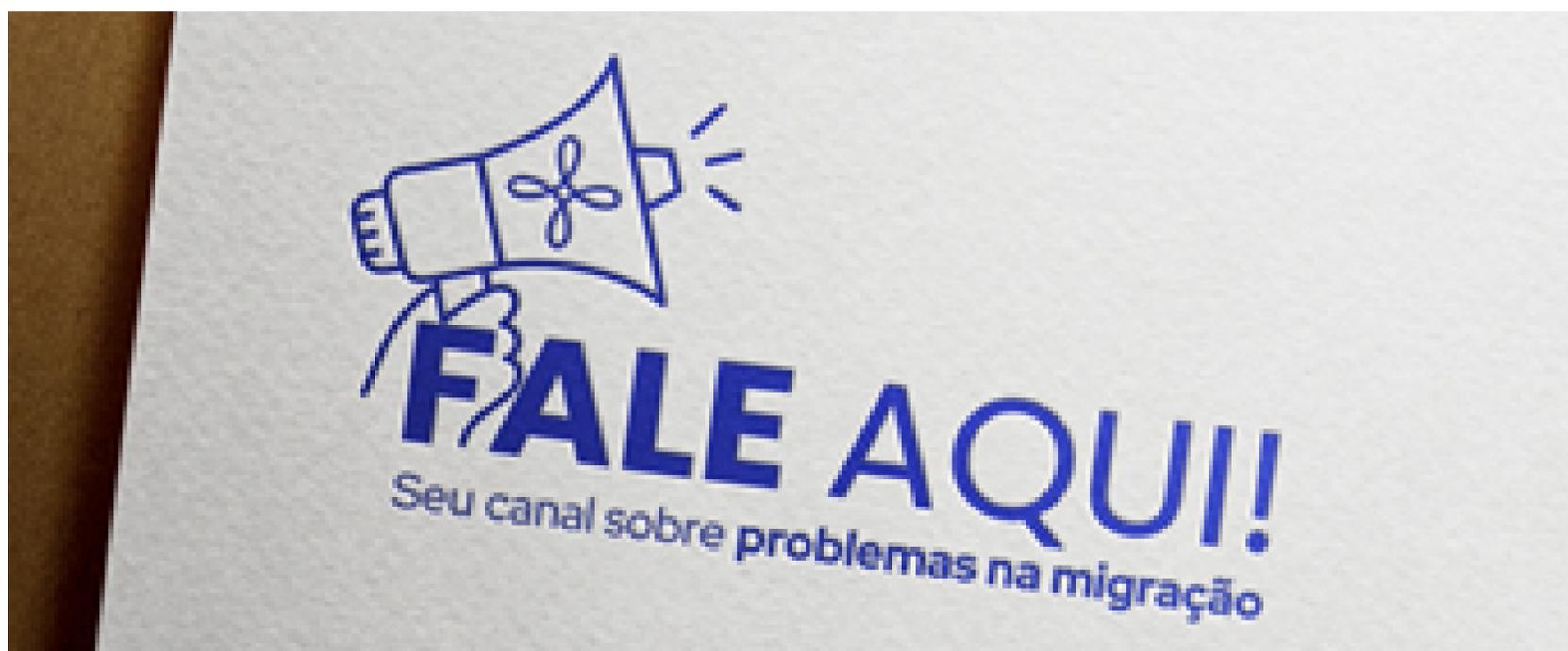
## **Fazenda e Abraceel dialogam em torno de maior concorrência em mercados energéticos**

No dia 19.06, a Abraceel realizou nova reunião com a Subsecretária de Regulação e Concorrência da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Ana Patrícia Lira, e Gustavo Ferreira, Coordenador Geral de Regulação e Concorrência da pasta. A reunião deu continuidade àquela realizada no dia 06.06, em que a Abraceel apresentou o estudo sobre a abertura do mercado livre para todos os consumidores. Sobre isso, os representantes da Fazenda informaram que a proposta foi bem recebida pela pasta e irá compor a agenda da Secretaria de Reformas Econômicas que será apresentada ao Ministro Fernando Haddad. Nesse encontro mais recente, a Abraceel deu especial atenção à importância de considerar a abertura do mercado de energia no processo de renovação das concessões de distribuição, além de temas como a revisão das regras de destinação da energia de Itaipu, desconcentração do mercado de gás natural e avanços na regulação do comercializador independente de etanol. O ministério demonstrou compreensão em relação à importância de ampliar a concorrência nessas áreas.

## **Abraceel leva para CCEE dificuldade de consumidor varejista no mercado livre**

No dia 20.06, a Abraceel enviou carta à CCEE expondo situação em que um consumidor do Grupo A se deparou com dificuldades para operacionalizar, perante à CCEE, o seu processo de migração ao mercado livre. No caso exposto, o consumidor, que tem a intenção de migrar para o mercado livre em janeiro de 2024 sob representação varejista amparado pela Portaria 50/2022 do MME, encontrou dificuldade para fazer cadastro na CCEE porque a conta de energia elétrica está registrada como pessoa física e não há um campo para digitar o CPF no cadastramento de unidade consumidora na modalidade varejista. Assim, a Abraceel solicitou, na correspondência, que a migração desse consumidor, bem como de outros que enfrentarem a mesma situação, seja aceita pela CCEE. A carta pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Cartas Abraceel”.

## Está valendo: FaleAqui! já recebe casos de problemas de migração



No dia 19.06, a Abraceel abriu o canal FaleAqui! para envio de casos de problemas de migração pelas associadas. O canal funcionará por prazo indeterminado; contudo, é importante que a Associação receba a maior quantidade de casos até 14.07 para que seja possível interagir tempestivamente com a Aneel e outras instituições envolvidas. As informações devem ser enviadas exclusivamente pelo [formulário](#) desse canal. Conheça [aqui](#) os objetivos e regras de governança da informação do FaleAqui!.

## Em carta ao MME, Abraceel explica benefícios da migração de consumidores de baixa renda

A Abraceel enviou correspondência ao Secretário-Executivo do MME, Efrain Cruz, pela qual explica aspectos da viabilidade da migração de consumidores de energia de baixa renda para o mercado livre, item detalhado no estudo “Portabilidade da Conta de Luz: Justiça Social e Transição Energética Justa”, realizado pela Abraceel. A Associação abordou as premissas utilizadas para calcular o desconto adicional potencial de 7,5% a 10,0% na conta de energia elétrica para mais de 5 milhões de consumidores de baixa renda, o que equivale a um terço daqueles atendidos pela tarifa social de energia elétrica. Em caso hipotético de todos esses consumidores de baixa renda migrarem ao mercado livre, o estudo revela redução de R\$ 1,4 bilhão na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o equivalente a 4% no orçamento dessa conta para 2023. Em resumo, o consumidor de baixa renda passaria a comprar energia no mercado livre sem direito ao desconto da TSEE na parcela de energia que seria livremente nego-

ciada, mas manteria os descontos da tarifa social na parcela da TUSD, nos mesmos montantes já aplicados. Assim, a Abraceel destacou que não propôs receber parte de recursos da CDE para entregar energia no mercado livre ao consumidor de baixa renda, ou seja, em nenhum momento houve sugestão de alteração da sistemática de descontos e repasse de recursos relacionados à tarifa social, que continuariam movimentados pelas distribuidoras. O documento está disponível na área restrita no [site](#) da Associação, seção “Cartas Abraceel”.

## **Abraceel discute a reforma tributária com associada Comerc**

A Abraceel se reuniu com a associada Comerc no dia 19.06 para discutir a proposta de reforma tributária em tramitação na PEC 45/2019. Na reunião, a associada externou preocupação quanto ao possível aumento de carga tributária no setor elétrico e à falta de detalhamento da proposta em discussão. Outra preocupação, que afetaria diretamente os comercializadores, é esse possível aumento de carga tributária impactar contratos já firmados. Assim, na visão da empresa, caso não seja estabelecida garantia de repasse dos custos repentinos, poderá haver uma perda significativa da margem de lucro ou um incremento no custo para o consumidor final. Além disso, a manutenção do REIDI, a não inclusão da energia nas possibilidades de imposto seletivo e a criação de uma alíquota favorecida para a energia renovável foram outros pontos defendidos pela associada. A Abraceel irá analisar a documentação enviada pela Comerc para avaliar os próximos passos nessa agenda.

## **Abraceel e Thymos Energia discutem missão ao Texas**

A Abraceel realizou reunião com Alexandre Viana, diretor da Thymos Energia, no dia 21.06, para discutir aspectos referentes ao planejamento e à logística da missão internacional que a Abraceel organiza para as cidades de Austin e Houston, no Texas, Estados Unidos. O objetivo é visitar e compartilhar informações com empresas e autoridades e conhecer o funcionamento do mercado liberalizado local, trazendo experiências e aprendizado para o ambiente comercial brasileiro. Na sexta, 23.06, foi a vez da Abraceel se reunir novamente com a Amcham. A missão da Abraceel está prevista para ocorrer no fim de setembro deste ano e deverá reunir até 40 participantes, entre representantes das associadas e convidados do setor público.

## **Abraceel apresenta estudo da portabilidade da conta de energia a assessor do PT**

No dia 19.06, a Abraceel se reuniu com Telton Correa, assessor de energia da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados, para apresentar as bandeiras defendidas pela Associação, com destaque para o estudo da portabilidade da conta de energia, que mostra benefícios que a abertura integral do mercado de energia elétrica pode trazer para todas as classes sociais e categorias de consumidores, incluindo os de baixa renda. A Associação aproveitou a oportunidade para demonstrar sua contrariedade com relação aos dispositivos da MMGD inseridos na Medida Provisória do Minha Casa Minha Vida, informando que está se articulando com outras entidades para o seu veto. O estudo está disponível [aqui](#).

## **Ecoenergy 2023 reunirá especialistas para debater energia renovável**

O Congresso Brasileiro de Geração de Energia Renovável – Ecoenergy 2023 acontecerá entre os dias 20 e 22.09, no WTC Events Center, em São Paulo. O evento conta com apoio da Abraceel e tem o objetivo de incentivar e identificar oportunidades de melhorias para investimentos, projetos e operações no setor de energias renováveis. Com a presença de especialistas na área de energias limpas e renováveis, o encontro possui um formato executivo e interativo que visa estimular o compartilhamento de conhecimento entre painelistas e audiência. Acesse a programação e a página de inscrição clicando [aqui](#).

## **REN 1000 contempla o processo de migração e distribuidoras não podem se negar a cumprir, informa Aneel**

A Abraceel enviou carta à Aneel informando dificuldades das associadas no processo de migração ao ACL, em que as distribuidoras estão impondo óbices à migração de consumidores que, em janeiro de 2024, segundo a Portaria MME 50/2022, serão classificados como livres, com o argumento de que tais consumidores só poderiam iniciar o processo de migração a partir de 1º de janeiro de 2024, desconsiderando que para que esses consumidores usufruam do direito que a Portaria autoriza, é necessário que o processo de migração seja iniciado com antecedência, dado

os prazos normativos envolvidos. Em resposta, a Aneel informou que a Resolução Normativa 1.000 já contempla os procedimentos que devem ser seguidos quando houver interesse na migração ao ACL, incluindo prazos, decorrências contratuais e sistemas de medição. Portanto, como consta em normativa, as distribuidoras não podem se negar a cumpri-las. Acesse a íntegra da resposta da Agência [aqui](#).

## Em evento da Absolar, Abraceel debaterá sobre mercado livre e associadas têm 25% de desconto



**Rodrigo Ferreira**  
ABRACEEL

**Tema:** A Expansão em mais de 20 anos do Mercado Livre no Brasil

**Mercado Livre**  
ABSOLAR

6 de julho de 2023  
14h  
Teatro B32  
São Paulo (SP)

A Absolar promove evento para discutir os benefícios atrelados ao uso da fonte solar no ambiente de contratação livre, além de casos de sucesso de como os consumidores livres estão reduzindo custos e fortalecendo estratégias ESG. A Abraceel participará do painel “Benefícios aliados ao uso da fonte solar: como a expansão do mercado abre oportunidades para consumidores industriais e comerciais”. O evento está agendado para o dia 06.07, às 14h, no Teatro B32, em São Paulo, e contará também com representantes da CCEE, Anace, Abiape, Abrace, Absolar e McKinsey. Associadas da Abraceel têm 25% de desconto com o cupom ML25ABRACEEL no ato da inscrição. Clique aqui e não perca!

## ANP aprova realização de consulta pública sobre operação do Subida da Serra

Após pedido de vista ao processo na última reunião da ANP, a diretoria colegiada da Agência deliberou no dia 22.06 por aprovar a realização de consulta e audiência públicas acerca do teor da minuta de acordo entre a ANP e a ARSESP para estabelecer condições possíveis e necessárias para que o Gasoduto Subida

da Serra possa operar de acordo com as legislações federal e estadual. O Diretor-Geral da Agência, Rodolfo Saboia, destacou a importância de que haja aprofundamento do estudo de opções que permitam a comercialização do gás natural movimentado pelo gasoduto. Cláudio Jorge, relator do processo, destacou que devem constar na minuta as condicionantes de que o gasoduto não será ligado a UPGN, será destinado exclusivamente a atender os consumidores finais da Comgás, não haverá entrega e venda de gás a outras concessionárias e haverá controle de previsão de vazão e cobrança de tarifa de volume adicional. A proposta será colocada em consulta pública por 45 dias, com previsão de audiência pública ao final.



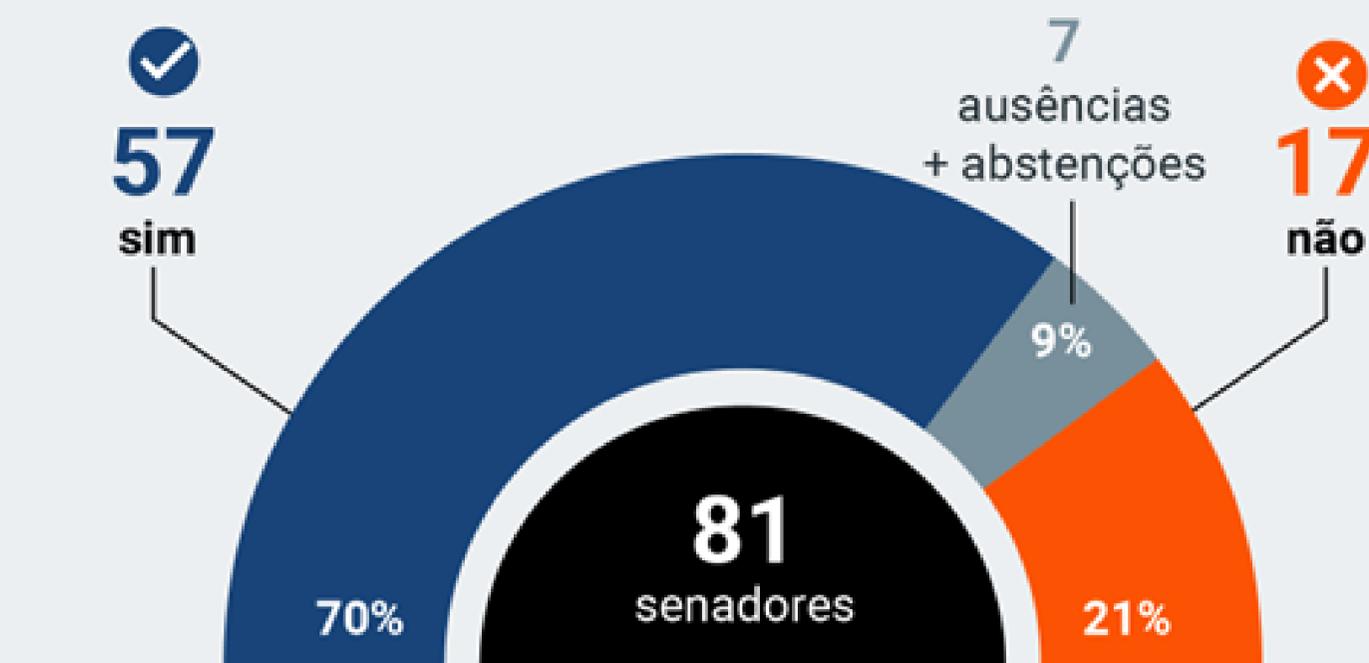
*A Câmara voltará com pautas importantes para deliberação na primeira semana de julho. O projeto de lei que estabelece voto de qualidade favorável ao Conselho de Administração de Recursos Financeiros (Carf) tramita com urgência constitucional e começou a trancar a pauta de votações do Plenário desde a última quarta. Dessa forma, o início de julho aguarda o equacionamento desse tema, a discussão da reforma tributária e o fim da votação do marco fiscal, aprovado no Senado na última semana.*

**Reforma tributária fica para primeira semana de julho** – o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou o substitutivo da PEC 45/2019 (reforma tributária) na noite da última quinta. A expectativa é que a votação aconteça na primeira semana de julho. Há empenho do governo e do presidente da Câmara em aprovar o texto no primeiro semestre. O texto substitui cinco tributos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um IVA dual e um imposto seletivo. A transição para o novo modelo ocorrerá em oito anos, mas o relator já apontou estar analisando contribuições referentes a esse prazo. Confira o texto divulgado e apresentação resumo [aqui](#).

**PP, PL, Novo e Republicanos ainda são resistência ao governo no Senado** – após votação expressiva do novo arcabouço fiscal na Câmara, a última semana mostrou que o governo foi bem sucedido nas suas negociações para garantir a aprovação da matéria no Senado. Com 57 votos favoráveis ao texto, as oposições ao governo foram marcadas pelos partidos PL (partido do ex-presidente Bolsonaro), Novo (partido com apenas um senador, mas historicamente oposição ao PT), PP e Republicanos, partidos que compõem o chamado “centrão”, sendo o primeiro partido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). União Brasil, partido do senador Davi Alcolumbre, acompanhou o governo na votação: os oito senadores da bancada votaram a favor do texto. Vale destacar que é o mesmo partido do deputado Elmar Nascimento e que tem sido um ponto de atenção ao governo Lula, uma vez que apesar de possuir ministérios, o partido não tem sido apoio ao governo nas votações.

## SAIBA COMO VOTOU CADA PARTIDO NO MARCO FISCAL NO SENADO

projeto foi aprovado por 57 votos favoráveis e 17 contrários; por ter sido alterado, texto volta à Câmara



partido	bancada	nº de votos			% de votos	
		sim	aus*	não	sim	não
MDB	10	10	0	0	100	0
Novo	1	0	0	1	0	100
PDT	3	3	0	0	100	0
PL	12	1	1	10	8	83
Podemos	6	3	3	0	50	0
PP	6	1	0	5	17	83
PSB	4	4	0	0	100	0
PSD	15	13	2	0	87	0
PSDB	3	3	0	0	100	0
PT	8	7	1	0	88	0
Rede	1	1	0	0	100	0
Republicanos	4	3	0	1	75	25
União Brasil	8	8	0	0	100	0

\* abstenção + ausentes  
 obs.: o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não vota  
 fonte: Senado Federal

Outra vitória que o Senado deu ao governo, na última semana, foi a aprovação do nome de Cristiano Zanin para vaga no STF por 58 votos. Historicamente o governo sempre é vitorioso nas indicações ao STF, à exceção de casos ocorridos durante o governo de Floriano Peixoto. A votação é secreta e Zanin atuou como advogado de Lula, ou seja, já enfrentaria resistência pela oposição ao governo na Casa.

**Diretor Hέλvio Guerra, da Aneel, participa de audiênciã na CÂMARA** – os deputados solicitaram maiores informações sobre declaração dada no evento Agenda Setorial, quando o diretor comentou que o Congresso é movido por lobby. Hέλvio justificou que sua fala se tratava da atuação legítima de agentes setoriais na tramitação de projetos nas Casas Legislativas e que a palavra “lobby” não foi utilizada em sentido pejorativo. Reafirmou seu pedido de desculpas, que já havia sido formalizado anteriormente.

Passada a primeira semana de julho, deve acontecer o recesso parlamentar e as atividades legislativas retornam em agosto. Na pauta, as atenções já estão voltadas para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, que será um tema liderado pelo deputado Danilo Forte (União-CE). Esse projeto tem como função ser a base para elaboração do orçamento, que deve ser mandado pelo Executivo ao Congresso até final de agosto.

# PRÓXIMA SEMANA

**26.06 - Segunda-feira:** Abraceel participa de reunião do Conselho de Carregadores de Gás, às 14h.

**28.06 - Quarta-feira:** Abraceel participa de reunião ordinária do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase) em Porto Velho (RO), às 9h;

Abraceel participa de Workshop da Cpamp para debater a Consulta Pública 151 do MME, sobre as alterações metodológicas propostas para o ciclo 2022-2023, às 9h;

Abraceel participa de reunião do Coinfra, da CNI, para discutir o novo modelo do setor elétrico, às 10h;

Abraceel participa de reunião do GT Tributário do FASE, às 15h30.

**29.06 - Quinta-feira:** Grupo Técnico da Abraceel se reúne para discutir a Consulta Pública 151 do MME, que aborda alterações metodológicas propostas pela Cpamp para o ciclo 2022-2023, às 10h;

Abraceel se reúne com a Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República, para apresentar a agenda do mercado e estudo do impacto da portabilidade da conta de energia, às 15h.

**30.06 - Sexta-feira:** Abraceel participa de reunião do Conselho de Carregadores de Gás, às 14h.